



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA

Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Álida Angélica Alves Leal

EDITORAufmg

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Clélio Campolina Diniz

Vice-Reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Antônia Vitória Soares Aranha

Pró-Reitor Adjunto: André Luiz dos Santos Cabral

Coordenador do Núcleo de Apoio à Educação a Distância:

Fernando Fidalgo

Coordenador da Universidade Aberta do Brasil:

Wagner José Corradi Barbosa

EDITORA UFMG

Diretor: Wander Melo Miranda

Vice-Diretor: Roberto Alexandre do Carmo Said

Conselho Editorial

Wander Melo Miranda (presidente)

Flavio de Lemos Carsalade

Heloisa Maria Murgel Starling

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Roberto Alexandre do Carmo Said

VILMA LÚCIA MACAGNAN CARVALHO
ÁLIDA ANGÉLICA ALVES LEAL

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA

Belo Horizonte
Editora UFMG
2011

© 2011, Vilma Lúcia Macagnan Carvalho e Álida Angélica Alves Leal

© 2011, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização escrita do Editor.

C331i Carvalho, Vilma Lúcia Macagnan.
Introdução à Geografia / Vilma Lúcia Macagnan Carvalho, Álida
Angélica Alves Leal. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2011.
79 p. : il. - (Educação a Distância)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7041-893-7

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Geografia - História.
I. Leal, Álida Angélica Alves. II. Título. III. Série.

CDD: 910

CDU: 911

Elaborada pela DITTI – Setor de Tratamento da Informação
Biblioteca Universitária da UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Danívia Wolff

ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo

EDITORIAÇÃO DE TEXTOS: Maria do Carmo Leite Ribeiro

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO: Cláudia Campos

REVISÃO DE PROVAS: Beatriz Trindade, Juliana Santos e Gláucio Rocha Gabriel

PRODUÇÃO GRÁFICA: Warren Marilac

PROJETO GRÁFICO e CAPA: Eduardo Ferreira

FORMATAÇÃO: Robson Miranda

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Ala direita da Biblioteca Central - Térreo

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG

Tel.: +55 31 3409-4650 - Fax: +55 31 3499-4768

www.editora.ufmg.br - editora@ufmg.br

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Reitoria – 6º andar

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG

Tel.: +55 31 3409-4654 - Fax: +55 31 3409-4060

www.ufmg.br - info@prograd.ufmg.br - educacaoadistancia@ufmg.br

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que busca promover inserção social pela disseminação de meios e processos de democratização do conhecimento. A meta é elevar os índices de escolaridade e oferecer uma educação de qualidade, disponibilizando uma formação inicial e/ou continuada, em particular a professores que não tiveram acesso a esse ensino.

Não se pode ignorar que é fundamental haver, sempre, plena conexão entre educação e aprendizagem. A modalidade a distância é um tipo de aprendizagem que, em especial na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já está concretizada como um ensino de qualidade. Hoje, a aprendizagem tornou-se, para todos os profissionais dessa universidade envolvidos no programa de Educação a Distância, sinônimo de esforço e dedicação de cada um.

Este livro visa desenvolver no curso a distância os mesmos conhecimentos proporcionados num curso presencial. Os alunos estudarão o material nele contido e muitos outros que lhes serão sugeridos em bibliografia complementar. É importante terem em vista que essas leituras são de extrema importância para, com muita dedicação, avançarem em seus estudos.

Cada volume da coletânea está dividido em aulas e cada uma delas trata de determinado tema, que é explorado de diferentes formas – textos, apresentações, reflexões e indagações teóricas, experimentações ou orientações para atividades a serem realizadas pelos alunos. Os objetivos propostos nas aulas indicam as competências e habilidades que os alunos, ao final da disciplina, devem ter adquirido.

Os exercícios indicados ao final das aulas possibilitam aos alunos avaliarem sua aprendizagem e seu progresso em cada passo do curso. Espera-se, assim, que eles se tornem autônomos, responsáveis, críticos e decisivos, capazes, sobretudo, de desenvolver a própria capacidade intelectual. Os alunos não podem se esquecer de que toda a equipe de professores e tutores responsáveis pelo curso estará, a distância ou presente nos polos, pronta a ajudá-los. Além disso, o estudo em grupo, a discussão e a troca de conhecimentos com os colegas serão, nessa modalidade de ensino, de grande importância ao longo do curso.

Agradeço aos autores e à equipe de produção pela competência e pelo empenho e tempo dedicados à preparação deste e dos demais livros dos cursos de EAD. Espero que cada um deles possa ser valioso para os alunos, pois tenho certeza de que vão contribuir muito para o sucesso profissional de todos eles, em seus respectivos cursos, e na educação em todo o país.

Ione Maria Ferreira de Oliveira

Coordenadora do Sistema Universidade Aberta do Brasil
(UAB/UFMG - jan. 2006 a abr. 2010 / CAED - set. 2009 a abr. 2010)

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Apresentação | 9 |
| MÓDULO I – GEOGRAFIA | |
| Aula 1 - Conceito, objeto e objetivos | 13 |
| MÓDULO II – CONTEÚDOS E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA | |
| Aula 2 - O espaço | 21 |
| Aula 3 - O tempo | 25 |
| Aula 4 - A escala | 27 |
| Aula 5 - As representações: mentais, textuais, tabelas, gráficos e mapas | 31 |
| Aula 6 - Os métodos e técnicas: observação, medição, análise e trabalho de campo | 37 |
| MÓDULO III – HISTÓRIA DA GEOGRAFIA | |
| Aula 7 - A Geografia na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos | 47 |
| Aula 8 - A sistematização da Geografia | 51 |
| Aula 9 - Os eixos epistemológicos das Ciências Sociais e da Geografia | 55 |
| Aula 10 - A Geografia no Brasil | 61 |
| MÓDULO IV – PRÁTICAS E POSSIBILIDADES NA GEOGRAFIA CONTEMPORÂNEA | |
| Aula 11 - A atuação profissional (bacharelado e licenciatura) e o mercado de trabalho em Geografia | 69 |
| Referências | 77 |
| Sobre as autoras. | 79 |

Apresentação

É preciso fazer com que aqueles que ensinam a geografia hoje tomem consciência de que o saber-pensar o espaço pode ser uma ferramenta para cada cidadão, não somente um meio de compreender melhor o mundo e seus conflitos, mas também a situação local na qual se encontra cada um de nós.

Yves Lacoste (1993)

É com a expectativa de contribuir no início desta trajetória de construção do seu conhecimento nesta ciência chamada Geografia que este livro foi idealizado e produzido. Por meio de conceitos básicos e das escolas que surgiram ao longo do tempo, de sua estruturação no Brasil e do mercado de trabalho atual, apresentamos para você algumas definições, apontamentos e questões que irão guiá-lo nestes estudos introdutórios.

A Geografia como ciência, com seus conceitos, objetos e objetivos, seus conteúdos e sua instrumentalização, sua história e aplicação são temáticas fundamentais em torno das quais foram estruturados os quatro módulos nos quais este material está dividido. Uma vez que esta disciplina – a primeira de uma série de outras, nas quais serão abordados métodos e teorias, e feitas leituras de autores clássicos e contemporâneos que pensaram a realidade a partir da Geografia – tem como intuito auxiliá-lo nos estudos introdutórios pelos caminhos dessa ciência, conforme já mencionamos, preferimos adotar uma redação e abordagem que estivessem concentradas naquilo que julgamos ser fundamental aprender neste primeiro momento, sendo que maiores problematizações e aprofundamentos estão previstos para ocasiões futuras.

Faz-se importante destacar que esta disciplina objetiva explorar questões filosóficas relativas à constituição e fundamentação dos diversos tipos de conhecimento e das ciências humanas, em oposição às ciências da natureza, ao lado da verificação do desenvolvimento histórico do saber geográfico e das diversas práticas do fazer geográfico. Intentamos, pois, proporcionar a você o contato com a reflexão sobre a natureza, os propósitos e os temas de interesse da Geografia, discutindo as possibilidades metodológicas da interpretação geográfica.

Para atingir nossos propósitos, indicamos a realização constante de leituras, incentivamos o debate e a pesquisa bibliográfica de materiais impressos e digitais, cujos *links* estão disponibilizados nas sessões “Para saber mais...”. Também organizamos exercícios de autoavaliação para ajudá-lo a organizar o raciocínio, compreender os conteúdos apresentados e, a partir daí, construir seu próprio conhecimento com a produção de textos e realização de pesquisas.

Esperamos que esta disciplina auxilie na superação da ideia e da prática de uma Geografia limitada, nas palavras de Lacoste (1993, p. 9), de uma “disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção ‘desinteressada’ da cultura dita geral”. Tal como consta na epígrafe, desejamos contribuir para que você, sujeito-estudante do curso de Geografia, utilize o que essa ciência oferece como ferramenta, a fim de compreender melhor sua inserção no espaço global-local. Bons estudos!

MÓDULO I

Geografia

A Geografia é uma ciência que, ao longo da trajetória de sua construção, esteve imersa em inúmeras concepções. Balizada por diversos princípios e correntes de pensamento, estes fatos nos levam a uma questão recorrente, levantada por Moreira (1987), Morais (1981) e por tantos outros geógrafos: “afinal, o que é Geografia?”

Conceito, objeto e objetivos

GEOGRAFIA: DESCRIÇÃO DA TERRA

O significado etimológico do termo não satisfaz a busca pela definição científica do que é Geografia. Os gregos, considerados os autores mais antigos, definiram a Geografia como sendo “o estudo da superfície da Terra”. De acordo com essa concepção, o estudo geográfico descreve todos os fenômenos manifestados na superfície do planeta, sendo uma espécie de síntese de todas as ciências. Apesar de ser a definição mais usual, é também a mais vaga. Se a superfície da Terra é o palco de toda a reflexão científica, fica desautorizada a colocação de seu estudo como objeto de uma só disciplina. Assim, a indefinição do objeto de estudo da Geografia produz uma grande diversificação de conceitos, agrupados em diferentes visões.

Para saber mais...

...leia o seguinte texto de Aécio de Souza Pereira e Cássio Alexandre da Silva:

- Algumas reflexões sobre a “velha” máxima da geografia tradicional: “a geografia é uma ciência de síntese”, em: <<http://www.ig.ufu.br/coloquio/textos/PEREIRA,%20A%E9cio%20de%20Sousa.pdf>>.

Alguns autores definem a Geografia como **o estudo da paisagem**, estando a análise geográfica restrita aos aspectos visíveis do real. A paisagem, constituindo o objeto específico da Geografia, é vista como uma associação de múltiplos fenômenos, o que mantém a concepção de ciência de síntese. Essa perspectiva apresenta duas variantes para a apreensão da paisagem: uma voltada para a descrição dos elementos presentes e para a discussão das formas (morfológica), e outra mais preocupada com a relação entre os elementos e com a dinâmica destes, isto é, com o funcionamento da paisagem (fisiológica).

Outros autores propõem a Geografia como **o estudo da individualidade dos lugares**. Variável sutil da concepção anterior, nesta, o estudo geográfico deve abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção da superfície terrestre. A individualidade local é enfatizada, dando o caráter de homogeneidade que define como objeto de estudo uma unidade espacial, a **região**.

A definição da Geografia como **estudo da diferenciação de áreas** é uma outra proposta existente, que traz uma visão comparativa para a análise geográfica. Busca individualizar as áreas para compará-las com outras, a fim de estabelecer as regularidades da distribuição e das inter-relações dos fenômenos. Das definições vistas, é a primeira a propor uma perspectiva mais generalizada e explicativa.

A Geografia pode também ser conceituada como **o estudo do espaço**. Nesta concepção, o espaço seria passível de uma abordagem específica que qualificaria a análise geográfica por meio da busca da lógica da distribuição e da localização dos fenômenos, a qual seria a essência da dimensão espacial.

Finalmente, alguns autores definem a Geografia como **o estudo das relações entre o homem e o meio**, ou das relações entre a sociedade e a natureza. Nessa concepção, o objeto pode ser visto de três formas: como o conjunto das influências da natureza sobre o desenvolvimento da humanidade (Determinismo); como o resultado da ação do homem na transformação de seu meio (Possibilismo); como a relação homem/meio ou sociedade/natureza propriamente dita, na qual os dados humanos e naturais possuem o mesmo peso. Nesta última, o estudo geográfico busca compreender o estabelecimento, a manutenção e a ruptura do equilíbrio entre homem e natureza. Deve-se considerar, contudo, que na atualidade, o meio natural não pode ser concebido sem a presença do homem, juntamente com seus aspectos culturais, sociais e técnicos que atuam numa relação de reciprocidade com os demais componentes da natureza.

Pode-se concluir que as várias definições tradicionais da ciência geográfica diferem, em sua maior parte, muito mais sob o ponto de vista terminológico e interpretativo do que em sua essência.

Para saber mais...

Para ter acesso a várias definições de **Geografia**, consulte o texto:

- “Definições/comentários sobre a Geografia”, de José William Vessentini, disponível em: <<http://www.geocritica.com.br/texto05.htm>>.

Após essa e outras leituras, reflita um pouco mais sobre a questão:
O que é Geografia?

Segundo Moraes (1981), até o final do século XVIII o conhecimento geográfico encontrava-se disperso, sem unidade temática e continuidade nas formulações. Designava-se como Geografia relatos de viagens, escritos em tom literário, compêndios e curiosidades sobre lugares exóticos, relatórios estatísticos de órgãos de administração, obras sintéticas sobre os conhecimentos relativos a fenômenos naturais, catálogos sistemáticos sobre continentes e países do globo etc. A sistematização do conhecimento geográfico só irá acontecer no início do século XIX, depois que as Grandes Navegações (ocorridas entre os séculos XV e XVII) e suas conseqüentes descobertas permitiram o conhecimento efetivo da extensão real do planeta. Ao mesmo tempo, a existência de um vasto número de informações sobre os variados lugares da Terra formou uma base empírica para a comparação em Geografia, gerando informações mais sistemáticas e observações mais científicas. Com isso, a Geografia estabeleceu-se como ciência e ocupou espaço nas universidades e institutos de pesquisa. Foram formulados princípios geográficos, fazendo com que os métodos empregados nas pesquisas a tornassem uma ciência distinta das demais. Os princípios são os de **causalidade, analogia, extensão e atividade**.

Para Seabra (1997), o **princípio da causalidade** recomenda que seja qual for o fenômeno estudado o geógrafo não deve encará-lo em si mesmo e, sim, transcender a outros fenômenos correlatos, procurando desvendar as relações de causa e efeito entre eles, incluindo-se aí os fatos históricos e socioeconômicos. Segundo o **princípio da analogia**, os fatos observados localmente devem ser comparados com situações análogas manifestadas em outras regiões, em razão da existência de leis gerais válidas para casos semelhantes. O **princípio da extensão** refere-se à distribuição dos fenômenos geográficos. Isso significa que esses elementos podem ser cartografados e o seu conjunto deve ser espacialmente delimitado. Já o **princípio da atividade** alerta para o fato incontestável de que tudo se transforma, não existindo nada que não seja absolutamente imóvel. As provas da dinâmica encontrada nos fenômenos geográficos não são apenas de natureza física (relevo, clima, vegetação etc.), mas também sociais (construção e desconstrução do espaço).

Enfim, é a aplicação dos princípios geográficos que justifica o objeto de sua análise, independente de como ele é chamado ou considerado. Esses princípios, formulados a partir da pesquisa de campo, seriam conhecimentos que o geógrafo não poderia deixar de lado em seus estudos, funcionando como regras gerais de procedimento. Por essa razão, forneceram um elemento de unidade para o convívio de diferentes posicionamentos metodológicos.

A prática da Geografia envolveu propostas díspares e mesmo antagônicas, que resultaram em dualidades que estão presentes em todo pensamento geográfico tradicional: Geografia física/Geografia humana; Geografia geral/Geografia regional, Geografia sintética/geografias especializadas. As soluções propostas são, na maior parte dos casos, puramente formais e se diluem na pesquisa de campo. Nesta, ou se dá ênfase aos fenômenos humanos ou aos naturais; ou se trabalha com uma visão global do planeta, ou se avança na busca da individualidade de certo lugar; ou se analisa em nível superficial a totalidade dos elementos presentes, ou se aprofunda no estudo de uma classe de elementos.

Conclui-se, então, por tudo o que foi apresentado, que surgem muitas dificuldades para quem se propõe a explicar o que é a Geografia. Para Moraes (1981), “a Geografia discute os fatos referentes ao espaço, sendo este, um espaço concreto, finito e delimitável: a superfície terrestre. Mas só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (movimento e funcionamento), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre.” As várias definições do seu objeto refletem, então, o temário geral da Geografia, filtrado à luz de posicionamentos sociais (políticos, ideológicos e científicos) diferenciados.

AUTOAVALIAÇÃO

Agora é com você! Com base na leitura deste primeiro módulo e dos textos complementares sugeridos através dos *links*, responda às seguintes questões:

- 1) Leia a seguinte frase: O significado etimológico do termo não satisfaz a busca pela definição científica do que é Geografia. Com base nas leituras, explique o porquê dessa afirmação.
- 2) Explique o que significam, para Seabra (1997), os princípios da **causalidade**, da **analogia**, da **extensão** e da **atividade**. O que a adoção de tais princípios pressupõe? Por quê?
- 3) Explique a seguinte frase: “A Geografia discute os fatos referentes ao espaço, sendo este, um espaço concreto, finito e delimitável: a superfície terrestre. Mas só será geográfico um estudo que aborde a forma, ou a formação, ou a dinâmica (movimento e funcionamento), ou a organização, ou a transformação do espaço terrestre.” (MORAES, 1981)
- 4) Com base nas leituras feitas nesta primeira parte, e considerando as palavras-chave (categorias e conceitos) estudadas, construa uma definição de Geografia.

MÓDULO II

Conteúdos e instrumentalização da Geografia

Conceitos estruturadores: espaço, tempo e escala

Segundo Santos (1988), a explicação de um fato resulta da reprodução da estrutura responsável pela sua organização. Se a denominamos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, não importa. O problema está em encontrar categorias de análise que permitam o seu conhecimento sistemático. Para isso, a análise geográfica é baseada em três conceitos fundamentais: o **espaço**, onde acontecem os processos (naturais e antrópicos); o **tempo**, no qual a natureza dos processos é identificada (geológico ou humano); a **escala**, que dá a dimensão dos processos (microscópica ou planetária). Esses conceitos serão abordados nas próximas três aulas. Bons estudos!

O espaço

Podemos afirmar que o espaço não é o resultado apenas da interação entre homem e natureza, como mostram as definições clássicas da Geografia. Ainda segundo Santos (1988, p. 26), “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. O **espaço** é, portanto, um conjunto de formas contendo, cada qual, frações da sociedade em movimento. É a sociedade já embutida nas formas geográficas, transformada em espaço num movimento permanente, onde a natureza dá lugar a uma forma produtiva. Na evolução da sociedade, cada um dos seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade (MORAES; COSTA, 1999). Quando todos os lugares são atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se usos específicos e hierarquias entre diferentes frações de território. Como a produção se “mundializa”, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em escala mundial.

Para saber mais...

O conceito de espaço é fundamental para você compreender melhor a ciência geográfica. Para saber mais sobre este assunto, consulte os textos:

- “Espaço geográfico uno e múltiplo”, da Professora Dirce Maria Antunes Suertegaray, disponível na *Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais Scripta Nova*, no site <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=243334>> e <<http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>>.

- “O que é afinal o espaço? E o espaço geográfico?”, da mesma autora, disponível em: <<http://saladeaula.terapad.com/index.cfm?fa=contentGeneric.wxgwloggewhnhnz&pageId=90890>>.

Assim, a análise do espaço é objetivada em diferentes categorias que guardam entre si forte grau de parentesco, já que todas se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, território, região e lugar.

Para saber mais...

...sobre as diferentes categorias espaciais, leia:

- SEABRA, Giovanini. *Fundamentos e perspectivas da Geografia*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997, p. 19-28.

A **paisagem** é a aparência diretamente perceptível do espaço. É definida, descrita e explicada a partir das formas, de sua morfologia, mas também através de cores, movimentos, odores, sons etc. Ela é constituída por três grandes subconjuntos: o domínio abiótico, as comunidades vivas e a utilização antrópica, ligada ao tipo socioeconômico de organização do espaço. Cada um deles possui ritmos próprios de evolução. Ao estudar uma paisagem, o geógrafo classifica as formas pertencentes a cada um dos grupos e procura estabelecer um quadro das relações existentes entre eles. Dessa forma, ele “localiza” esses elementos e se empenha em extrair o significado de sua localização. Esta implica indicar coordenadas e definir, sobretudo, sítio (receptáculo territorial de um elemento no espaço) e posição (sistema de relações que o elemento mantém com os demais, próximos ou distantes). A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e, quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Além disso, a paisagem não é criada de uma só vez, mas por acréscimos, substituições, de acordo com a lógica do momento, constituindo-se como uma herança de diferentes momentos.

Para saber mais...

- Teresa Barata Salgueiro, com seu texto “Paisagem e Geografia”, poderá ajudá-lo a compreender melhor este conceito. Acesse: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf>.

Para entender a importância dessa categoria do pensamento geográfico, leia também os textos:

- “A paisagem no ensino da Geografia”, de Geovane Aparecida Puntel em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/130/85>> e

- “Trajetórias do conceito de paisagem em Geografia”, de Raul Alfredo Schier, em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewPDFInterstitial/3353/2689>>.

O **território**, por sua vez, é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, ou seja, por quem domina e como domina ou influencia este espaço. É apropriado e ocupado por um grupo social, que gera raízes e identidades. O território pode estar pulverizado em diferentes pontos ou apresentar-se contínuo, sendo importante considerar, tanto num caso como no outro, a exclusividade de um poder em relação ao espaço ocupado. Apesar de ser entendido também em associação ao Estado como seu grande gestor, ele não deve ser reduzido dessa forma. Territórios existem e são construídos ou destruídos. São, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço, do que espaços concretos; podem formar-se ou dissipar-se de modo relativamente rápido; ser antes instáveis que estáveis; ter existência regular ou periódica, e ser especificamente políticos.

Para saber mais...

Para entender melhor o conceito de **território**, leia o texto:

- “As diferentes abordagens do conceito de território”, de Adilson Aparecido Bordo, Cleide Helena Prudêncio da Silva, Marcelo Nunes, Túlio Barbosa e Wagner Miralha. Disponível em:

<http://www.temasemdebate.cnpem.embrapa.br/textos/051018_TERRITORIO_ESPACO_quarta.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2008.

A **região** é o espaço no qual os elementos naturais e culturais se interpenetram de tal forma ao longo de uma evolução histórica que conferem características de homogeneidade que o diferenciam de qualquer outro espaço contíguo. Cada região apresenta uma estrutura diferente e particular que fornece sua individualidade. É também reconhecida como unidade administrativa onde exerce hierarquia e controle. Assim, a análise regional entende a região como uma categoria de área fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrárias que justificam sua relevância. Surgem, então, dois tipos fundamentais de regiões: as regiões homogêneas, definidas a partir de variáveis estruturantes do espaço, e as regiões funcionais, definidas a partir de níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial, onde a estrutura do espaço se dá a partir das múltiplas relações que circulam e dão forma a este espaço, que é internamente diferenciado por fluxos e trocas (redes).

Para saber mais...

Conheça melhor o conceito de **região** com a leitura complementar dos textos:

- “Discutindo o conceito de região”, de Cassiano Caon Amorim. Disponível em: <<http://www.jf.estacio.br/revista/edicao4/ARTIGOS/EC04%20CONCEITODEREGIAO.pdf>> e
- “Região, diversidade territorial e globalização”, de Rogério Haesbaert. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_01/rogerio%20haesbaert.pdf>.

Finalmente, o espaço como **lugar** tem outro significado, o do espaço vivido, da identidade. Em seu estudo, consideram-se sentimentos espaciais de um grupo ou povo sobre ele, a partir da experiência. O lugar tem uma identidade cultural e é marcado por uma afetividade que se manifesta na apreciação e na movimentação espacial. Lugares e áreas longínquas tornam-se próximos em função da afetividade desenvolvida entre eles. Para compreender o lugar, é preciso vivenciá-lo.

Para saber mais...

Complemente seus conhecimentos sobre o conceito de **lugar** lendo os textos:

- “Ampliando o conceito de lugar”, de Eduardo Yázigü. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/lourdes/ampliandoconceito.html>> e
- “O lugar: duas acepções geográficas”, de Adriana Filgueira Leite, disponível no site <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf>.

O tempo

Ao proceder à análise do espaço, o geógrafo deve sempre recorrer à história e incorporar ao seu raciocínio tanto o tempo quanto a duração. No entanto, existem escalas de tempo diferentes para fenômenos de natureza diferentes ou não. Para compreender a organização e a evolução de uma paisagem composta por dados heterogêneos, instalados em épocas diferentes, e que evoluem segundo ritmos próprios, o geógrafo deve situá-los numa apresentação coerente. Para isso, Dolfus (1973) distingue três tempos diferentes: **o tempo repetitivo**, cujos elementos retornam regularmente em obediência a um ciclo e cuja unidade pode ser o dia ou o ano; **o tempo histórico**, cujos efeitos são cumulativos, e que preside o destino das gerações de populações, calculado por décadas, séculos ou milênios; e **o tempo geológico**, que permite medir modificações da crosta terrestre e de unidade compreendida entre o milênio, milhão ou mesmo dezena de milhões de ano. Assim, para cada uma das categorias de tempo dispomos de escalas de unidades cuja duração é bastante variável. A estratigrafia da paisagem permite observar de que maneira atuam os diferentes tempos e como eles se encaixam uns nos outros.

Da mesma forma, é preciso observar que um movimento dificilmente evolui de forma contínua; ao contrário, resulta de uma série de movimentos bruscos e intermitentes. As mudanças rápidas resultam geralmente da convergência de diversos dados e das inter-relações; é interessante medir a progressão das tensões (fase de latência e preparação) e procurar localizar os setores de ruptura de equilíbrio, por onde o movimento ocorre. Assim, a ação de fatores diferentes, mas de efeitos convergentes, modifica em pouco tempo uma paisagem.

O problema do geógrafo consiste em integrar em seu estudo espacial tempos cuja duração e significado são diferentes. Ele utiliza as três escalas de duração (o ciclo, a história e a duração geológica), mas analisa também distorções desses tempos e seus efeitos cumulativos. Deverá conhecer os antecedentes e o desenvolvimento cronológico do fato para poder intervir de maneira proveitosa. Contudo, será obrigado a aprender a evolução de muitos elementos que devem ser considerados,

mas que não tiveram início ao mesmo tempo, e que apresentam ritmos e regras diferentes, podendo estas, entretanto, ser modificadas por suas ações recíprocas. Ele deverá, então, agrupar as escalas temporais peculiares a cada família de elementos e estabelecer relações entre tempos cujo significado não é o mesmo. É o caso da escala geológica e da escala humana na análise da paisagem. É extremamente importante conhecer as consequências diretas e indiretas (por causa das reações em cadeia) da intervenção humana sobre o espaço, assim como conhecer os tempos de resposta e as formas de eventual adaptação do meio natural à ação humana.

Para saber mais...

- Sobre tempo geológico, consulte o site: <<http://br.geocities.com/geologo98/espisal.html>>.

- Sobre tempo histórico, leia os textos “Sobre as representações sociais e o tempo histórico”, de Francisco Sá Barreto, disponível em: <<http://www.ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-chico.pdf>> e

- “Tempo e história”, um artigo escrito por Raquel Glezer, disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000200021&script=sci_arttext>.

A escala

Significa, na Geografia, tanto a fração de divisão de uma superfície representada, como também um indicador do tamanho do espaço considerado, configurando, neste caso, uma classificação das ordens de grandeza.

A escala, como recurso matemático fundamental da cartografia, sempre foi a fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. No entanto, o termo propicia inúmeras probabilidades de reflexão para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real.

Para saber mais...

Para ter acesso a diferentes definições de **escala**, leia o texto:

- “Escala: estudo de conceitos e aplicações”, de Paulo Márcio Leal de Menezes e Ana Luíza Coelho Neto. Acesse o site: <<http://www.cartografia.ime.eb.br/artigos/escala1.pdf>>.

A análise geográfica dos fenômenos requer objetivar os espaços na escala em que são percebidos. O problema do tamanho é, na realidade, intrínseco à análise espacial, e os recortes escolhidos são aqueles dos fenômenos que são privilegiados por ela. Tão importante quanto saber que os fenômenos se manifestam de forma diferente conforme o tamanho é saber o que muda e de que forma isso ocorre. Segundo Lacoste (1993), as diferenças de tamanho da superfície implicam em diferenças quantitativas e qualitativas dos fenômenos. A realidade aparece diferente de acordo com os níveis de análise. Trata-se de buscar o espaço de visibilidade dos fenômenos, apesar de isso não definir o nível de análise.

O problema ocorre porque a Geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou o conceito cartográfico. Enquanto a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica. Assim, Castro *et al.* (1995) abordam algumas ambiguidades ligadas a isso:

- a distribuição dos fenômenos, cuja natureza se altera de acordo com as escalas de observação, tende ao crescimento da homogeneidade na razão inversa da escala;
- a escala é responsável pela ligação entre a unidade de observação e o atributo a ela associado, mas muitas vezes isso é ignorado ao se considerar que todos os comportamentos estudados se manifestam praticamente numa só escala, uma vez que a unidade de observação é heterogênea;
- interferências indesejáveis ocorrem quando são transferidas situações de uma escala à outra ao se considerar que as coordenadas de localização dos eventos modificam-se de acordo com a escala analisada;
- a escala é mediadora entre a intenção e a ação, o que indica uma esfera de poder no domínio da escala, principalmente nas decisões do Estado sobre o território, mas ainda mantém a questão da dimensão.

Para saber mais...

Para compreender melhor esse assunto, leia o texto “Análise geográfica e o problema epistemológico da escala”, de Iná Elias de Castro, disponível em: <http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1992/vol_15_21_26.pdf>.

É importante conhecer, então, os papéis desempenhados pelos diferentes agentes de produção do espaço e as diferentes escalas de possibilidades de consequências do processo decisório. Mudança de escala não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas que precisam ser explicadas. A **escala** é, portanto, a escolha de uma forma de dividir o espaço, uma representação, um ponto de vista que modifica a percepção da natureza desse espaço; é um conjunto de representações coerentes e lógicas que substituem o espaço observado.

Essas representações, segundo Dolfus (1973), podem ocorrer em diferentes níveis da análise geográfica: a escala local, onde são conhecidos os elementos diretamente perceptíveis, visíveis e eventualmente cartografáveis; a regional, que exige um conhecimento do meio em geral, alicerçado em pesquisas locais; a comparativa, onde a comparação de espaços ou de sistemas que o organizam deve ser efetuada em escalas idênticas (local ou regional); a convergente, relativa à frequência de distribuição que determina a representatividade de uma paisagem ou a sua singularidade.

Assim, o objetivo do geógrafo é analisar o fenômeno no recorte espacial ao qual ele dá sentido ou confere a dimensão dos processos que ali ocorrem.

As representações: mentais, textuais, tabelas, gráficos e mapas

O estudo geográfico implica o levantamento de informações sobre todos os elementos relativos a um fenômeno espacial e a todos os fatores susceptíveis de promover mudanças presentes ou futuras nele. O levantamento é feito em dois tempos: o estabelecimento de um quadro demonstrativo da situação e evolução do fenômeno (observação), e a determinação das dimensões, de tudo que pode ser medido (avaliação quantitativa). De acordo com George (1972), dependendo da natureza dos fatores, a observação deverá preponderar sobre a medida, ou vice-versa, sempre com a finalidade de compor a imagem geográfica do fenômeno. Esta, por sua vez, é composta de elementos visíveis e invisíveis. O visível, por excelência, é a paisagem, mas esta é resultado de forças atuais ou do passado, que fogem do domínio do visível, como longas sequências de acontecimentos geológicos ou históricos que lhe conferem sentido (o invisível).

Os documentos que fixam a imagem de tudo o que é acessível à observação podem ser resultantes de diferentes categorias. A direta é a apresentação do conjunto do visível e procede de uma captação mecânica. A construída ou derivada confunde-se com a descrição, e é seletiva e sistemática, pois, por meio dela, ponderam-se os elementos, que se distribuem em categorias. A imagem pode ser global, retratando o quanto possível a realidade geográfica, ou setorial, derivando de uma opção voluntária entre os elementos visíveis, pela eliminação de algumas categorias, retendo outras privilegiadas.

Durante muito tempo utilizamos apenas imagens construídas como o mapa e a descrição que acompanhava os desenhos panorâmicos e, mais tarde, fotografias comuns, tomadas no nível do solo. Se o documento geográfico por excelência é o terreno propriamente dito, o mapa e a descrição do terreno constituem a representação, a tradução da realidade em termos elaborados por um pensamento sistematizador. Portanto, o mapa deve ser visto como um instrumento de acesso ao documento, e não deve dispensar o reconhecimento do terreno

para elucidação das dúvidas geradas pela sua leitura e explicação. Mesmo nos dias atuais, em que os mapas são produzidos por meio de imagens diretas ou mecânicas mais precisas, como fotografias aéreas ou imagens de satélite, com recursos de interpretação sofisticados, o reconhecimento do terreno continua imprescindível, a fim de conferir o conteúdo dinâmico e móvel que o transforma em imagem geográfica.

Ao longo do tempo, os meios utilizados para descrever e representar a imagem da Terra ampliaram-se e adquiriram proporções enormes, o que tornou o trabalho do geógrafo proporcionalmente acrescido. Este tem à sua disposição uma enorme quantidade de material bruto que exige intenso levantamento e desenvolvimento de novos métodos e técnicas que demandam outras formas variadas de representação. Torna-se fundamental a avaliação quantitativa da diferenciação específica e da originalidade própria dos fatores, através do recurso da estatística. Assim, textos e mapas são complementados por outras formas de representação como tabelas, gráficos e quadros comparativos.

A escolha da forma de representação adequada depende, por sua vez, da natureza dos dados utilizados. Segundo George (1972), a explicação dos fatos de observação é obtida a partir de duas séries de dados: os **dados estruturais** (obtidos através da observação de tudo o que entra na composição de um estado geográfico, ou seja, da paisagem física, humana e econômica), e os **dados históricos** (obtidos através do conhecimento dos antecedentes globais e particulares da situação encontrada). Apesar da distinção quanto à natureza dos dados, é importante salientar que a estrutura representa o resultado final de processos históricos que se sucedem, o que faz a análise ser considerada múltipla e complexa.

Ao mesmo tempo, a medida constitui uma operação delicada que deve ser realizada com muito cuidado para não haver o risco de deixar parte dos dados de fora da análise. As precauções devem ser tomadas com relação à técnica de coleta (escolha dos locais onde vão ser realizadas as medidas, qualidade dos aparelhos etc.) e à seleção dos dados (tipo de critério adotado). O geógrafo tem que estar ciente de que as generalizações matemáticas são muitas vezes inadequadas e levam à formação de imagens inexatas da realidade. Por outro lado, as contradições de interesses, reais ou apenas aparentes, influem na precisão das medidas. Como a medida é efetuada normalmente por serviços que visam atender à necessidade de coletividades públicas ou de organizações de interesse privado, as representações derivadas dos mesmos devem ser utilizadas e analisadas sempre segundo uma visão crítica, própria da análise geográfica.

Para saber mais...

Para aprofundar seus conhecimentos sobre os diferentes tipos de representação em Geografia, leia: GEORGE, Pierre. A natureza dos documentos. In: _____. *Os métodos da Geografia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, 119 p. Capítulo I – Primeira parte, p. 19 a 31.

O MAPA

Segundo Joly (1990), o **mapa** é uma representação geométrica plana, simplificada e convencional, de toda ou de parte da superfície terrestre, numa relação proporcional denominada escala. Compõe uma linguagem gráfica, visual, e se expressa mediante a construção da imagem a partir de um instante de percepção, que se distingue da imagem figurativa como a fotografia, a pintura etc. Sua especificidade está no fato de a imagem derivada estar fundamentalmente vinculada às relações que podem se dar entre o significado dos signos presentes (relações entre objetos representados).

A grande vantagem do mapa é permitir representar, num plano, os objetos observados sobre a superfície terrestre, tanto na sua posição absoluta quanto nas suas relações em distâncias e direções simultaneamente. Duas dimensões privilegiadas do plano, perpendicular uma à outra, determinam as coordenadas geográficas, a latitude e a longitude (componentes de localização). Assim, o plano cartográfico é uma figura do espaço que permite uma visão global, localizada e mensurável dos fenômenos. Ao mesmo tempo, a utilização de componentes de qualificação, como sinais e cores, caracterizam (qualitativamente ou quantitativamente) o objeto. A combinação dos componentes de localização e de qualificação constitui a imagem cartográfica. Um mapa pode ser uma imagem cartográfica simples ou uma figura formada pela associação de várias imagens cartográficas percebidas simultaneamente pelo leitor.

A escala, mais que uma simples relação matemática, é um fator de aproximação do terreno que determina um certo nível de análise em função do espaço a cobrir e dos detalhes a registrar. No estágio de confecção, a escala é uma condição de precisão da legibilidade, da boa apresentação e da eficiência do mapa. O número e o acúmulo dos símbolos empregados dependem do espaço disponível, ou seja, quanto maior a redução da imagem, mais severa é a seleção do que será representado (generalização de informações).

Entretanto, a escala de um mapa não é apenas uma questão de relação. A cada valor dela, corresponde uma possibilidade de formulação limitada. Toda mudança de escala exige, então, uma revisão do sistema gráfico, no sentido de precisão do detalhe quando a escala aumenta, ou no sentido da simplificação e generalização, quando a escala diminui. No último caso, é preciso lembrar que a generalização não ocorre sem uma certa deformação ou deslocamento dos objetos cartografados. Não é, portanto, uma simples redução, como a que seria obtida, por exemplo, pela fotografia ou pelo computador. Ela implica na interpretação lógica dessa redução.

Enfim, para elaborar um mapa é preciso juntar uma documentação exaustiva do território considerado. Isso significa efetuar um levantamento de campo, analisar imagens mecânicas do terreno e tratar em escritório os dados estatísticos, cartográficos ou iconográficos coletados. Por extensão, a experiência em campo e o conhecimento das relações tecnológicas entre este campo e as modalidades de representação cartográficas das informações levantadas permitem a construção de uma imagem bastante próxima da realidade.

A apreensão do espaço e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo sempre marcaram a vida em sociedade dos homens e a história da Geografia confunde-se com a história dos mapas. Desde os tempos mais remotos o homem sentiu necessidade de conservar informações sobre os caminhos percorridos e as suas direções para poder transmitir aos outros, o que resultou nos primeiros esboços de representação da Terra.

O mapa mais antigo de que se tem conhecimento foi encontrado na região da Babilônia e data de 2.500 a.C., feito em argila e representando o vale de um rio, já contendo orientações sobre os pontos cardeais. A expansão política, comercial e marítima dos povos do mediterrâneo (Mesopotâmia, Fenícia e Egito), levaram à elaboração de mapas marítimos e à descrição de lugares e povos (périplos). Com os gregos surgiram os conceitos de latitude e longitude.

Mas as provas da esfericidade da Terra só surgiram depois, no séc. IV a.C., baseadas em observações astronômicas. O problema da localização surge, assim, estreitamente ligado à astronomia e à geometria, e vai manter-se durante séculos na Geografia (como ciência da localização dos lugares). No séc. XVII, com a invenção do cronômetro e do sextante, a latitude e a longitude passam a ser medidas com exatidão, e a partir disso desenvolve-se uma cartografia de boa representação do território europeu a serviço da administração política, da guerra e dos trabalhos de engenharia.

As modificações do pensamento geográfico a partir do séc. XVIII e o aparecimento de estudos temáticos levaram também a alterações na cartografia que, com o mundo todo conhecido e cartografado, desenvolve os mapas temáticos a partir dos primeiros censos

(levantamentos estatísticos). Essa crescente vocação da cartografia em busca de uma especialização vai se configurando na medida em que o mapa topográfico, básico, vai sendo enriquecido com acréscimos temáticos.

Com a introdução da automação, já no séc. XIX, a operacionalização das etapas de elaboração dos mapas teve grande avanço. Mas, segundo George (1972), se a cartografia histórica era uma obra de geógrafo e traduzia, nas diversas etapas de sua evolução, os progressos e as variações da interpretação geográfica da face da Terra, a cartografia moderna tem se preocupado com a eliminação de qualquer concepção prévia na análise dos fatos, buscando meios de figuração destinados a destacar o real sem desfigurá-lo.

Atualmente, a observação do terreno pode ser antecedida e em grande parte substituída por uma leitura técnica apropriada de uma imagem mecânica (fotografias aéreas e imagens de satélite), mas mesmo assim, seja qual for a qualidade do documento e a experiência do leitor, jamais fica o geógrafo dispensado de voltar às fontes e de realizar a tradução geográfica das mesmas, transformando o mapa em imagem geográfica.

Assim, é indispensável para o geógrafo saber quais são as qualidades e as limitações de seus instrumentos, o que exige o conhecimento e o acompanhamento do processo de confecção de um mapa, independentemente do meio utilizado para tal.

Para saber mais...

- Para conhecer mais sobre o assunto, acesse o site: <<http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/downloads/Capitulos/GeoProesf-Mapa.doc>>.
- Leia também o texto “A cartografia no pensamento geográfico”, de Rosely Sampaio Archela, no site: <<http://br.geocities.com/cartografia-matematica/textos/Pensamen.html>>.
- Sobre os elementos fundamentais de um mapa, consulte o site: <<http://pwp.netcabo.pt/geografia/elementosmapa.htm>>.

Os métodos e técnicas: observação, medição, análise e trabalho de campo

Segundo Moraes (1981), o método pode ser entendido de duas formas. O método de interpretação refere-se a posturas filosóficas, ao posicionamento quanto à ideologia e à posição política do cientista. É o arcabouço estrutural sobre o qual repousa o saber científico, uma concepção de mundo normatizada e orientada para a condução da pesquisa científica. É a metodologia do trabalho. Já o método de pesquisa refere-se ao conjunto de técnicas utilizadas em determinado estudo. Diz respeito aos problemas operacionais da pesquisa e não aos seus fundamentos filosóficos. São os procedimentos metodológicos adotados para viabilizar o trabalho.

O método não é estático, ao contrário, possui um dinamismo interno de aprimoramento e renovação, dado por sua utilização no trato de diferentes fenômenos. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, esses devem ser revistos, mas sem prejuízo da coerência interna de seus enunciados.

Estudos orientados por diferentes métodos de interpretação podem fazer uso da mesma metodologia de pesquisa, ou seja, o uso de uma determinada técnica não define as diretrizes interpretativas de uma pesquisa e muito menos o perfil ideológico do pesquisador.

Assim, uma ciência não pode ser definida pelo método ou pelo objeto de estudo, já que eles podem ser comuns a outras ciências. Para Ferreira e Simões (1986), toda ciência tem como base um conjunto de problemas a serem resolvidos, a favor do desenvolvimento da sociedade em geral. Atribuindo papéis específicos a diferentes níveis profissionais, cabe aos técnicos a resolução dos problemas utilizando as técnicas fornecidas pelos metodólogos que, por sua vez, são baseadas em conceitos científicos específicos, desenvolvidos no âmbito filosófico.

À Geografia, são colocados problemas sobre distribuições espaciais, suas respectivas estruturas e consequências e, como ciência, ela é capaz de criar métodos e desenvolver técnicas que permitam resolver essas questões.

Para saber mais...

- Para entender melhor esse tema, leia “O problema do método nas ciências humanas: o caso da Geografia”, de José Carlos Godoy Camargo e Ivo Elesbão, no site: <<http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%206%20em%20pdf/Art1MERCATOR6.pdf>>.

Segundo George (1972), a pesquisa em Geografia é orientada por três pressupostos fundamentais. Ela é uma **ciência de relações**, que implica um processo de pensamento específico, que parte da descrição para chegar à explicação (observação analítica, detecção das correlações, busca das relações de causalidade). Ao considerar dados heterogêneos e diacrônicos, tem que ser metodologicamente heterogênea. A pesquisa geográfica recorre sucessiva ou simultaneamente aos métodos de cada uma das ciências de que se vale para chegar ao conhecimento analítico dos dados. A unidade da Geografia é obtida, então, na maneira de dirigir o estudo das relações. A coleta de dados atrai o geógrafo para o campo e para os quadros metodológicos das ciências de análise que dizem respeito ao meio natural e aos fatos humanos.

Os múltiplos dados indispensáveis, independentemente de suas natureza e ordem de grandeza, geram um grande volume de documentos que devem ser utilizados e colocados em ação, o que exige métodos de exploração rápida e sintética. A síntese pode ser obtida com a exploração automatizada e matemática dos dados (modelos), mas a experiência é válida como base operacional da pesquisa, e nunca como uma imagem representativa da realidade. Esta, somente é alcançada na análise e interpretação das relações ali presentes.

O segundo pressuposto diz respeito ao **espaço analisado**. O geógrafo projeta os conhecimentos adquiridos sobre as relações entre os dados e as relações entre as forças, sobre um espaço finito e contínuo. O mapa representa seu meio de expressão específico. A continuidade espacial do conhecimento e de sua representação constitui uma das características mais originais da Geografia, que qualifica a superfície a partir dos diversos dados e das relações de dados que determinam sua personalidade. O exame de diversos sistemas de relações entre dados que são da alçada das Ciências Naturais e dados procedentes da ação humana sobre a superfície só adquire sentido quando a Geografia coloca no centro dessas relações a preocupação com a existência dos homens. O estudo sintético da paisagem natural

só tem sentido quando visa definir as condições oferecidas à vida e à ação humana, assim como as ações dos fatores físicos recíprocas a ela. A **globalidade sintética** da Geografia seria o terceiro pressuposto.

Assim, a base da pesquisa em Geografia compreende procedimentos básicos que envolvem observação, medição, análise e representação, todos eles fundamentados no trabalho de campo.

O TRABALHO DE CAMPO

Segundo George (1972), o terreno é o documento geográfico por excelência e sua observação só deve ser concebida como uma observação sintética. No entanto, sua explicação deve ser procurada quase sempre nas relações respectivas de seus diversos elementos, fundamentais para se atingir a visão de conjunto.

Apesar do geógrafo não ter o monopólio do terreno, as pesquisas de campo realizadas nos diversos domínios científicos se diferenciam por suas doutrinas, seus métodos e seus objetivos. Kaiser (1985) apresenta uma tipologia sobre as pesquisas de campo, na qual poderiam ser estabelecidos os levantamentos estatísticos convencionais, os mecânicos de precisão (por instrumentos), os comerciais (estudo de mercado), os de justificação de decisões, os de preparação, os setoriais ou temáticos e, por fim, os globais. Este último tipo é o que se enquadraria no trabalho do geógrafo, uma vez que consiste em descobrir, dentro de sua complexidade e globalidade, a realidade de um subsistema social localizado, através de um verdadeiro levantamento do terreno. O espaço não pode ser estudado como uma categoria independente, mas como um dos elementos do sistema social. São as relações dos homens com o espaço ou a respeito do espaço que devem ser consideradas.

Para saber mais...

Consulte alguns trabalhos disponibilizados na internet sobre o tema:

- “Trabalho de campo: estudo do meio; premissas básicas; como ler a paisagem?”, da Prof. Dr^a. Vilma Alves Campanha. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/educar2002/modulo8/0023/upload_aula/> (clique em Trabalho de campo) e
- “Considerações sobre trabalho de campo”, de André Luiz da Conceição e Patrícia Trovarelli. Disponível em: <www.fphesp.org.br/corumbatai/noticias/apresentacoes/trabalho_de_campo.ppt>.

O trabalho de campo em Geografia deve ser visto como um instrumental técnico que permite a coleta de informações. Deve ser articulado com uma formação teórica sólida. Esta deve ser adquirida previamente, a fim de resultar em hipóteses de trabalho sobre a realidade que orientarão dialeticamente a análise. A identificação dos problemas e sua compreensão são os passos seguintes do trabalho. Informações quantitativas e rigorosas são coletadas em função da necessidade. É preciso separar o que é significativo para a pesquisa, tendo em vista, claramente, a escala dos fenômenos observada.

No entanto, a explicação de um fenômeno é também resultado da articulação da análise em diferentes escalas. Segundo Suertegaray (1996), as relações que expressam as características de um lugar são de ordem horizontal (expressão de elementos e processos no lugar) e de ordem vertical (a expressão de elementos e processos externos ao lugar), que direcionam e transformam os locais. O trabalho de campo torna-se, então, algo mais complexo. Ele exige o reconhecimento da dinâmica local e permitirá ao observador o questionamento sobre fatos e processos que podem não ter explicação naquela dimensão escalar. Estes podem estar associados a escalas menores (envolvendo espaços maiores) a partir dos quais se explicitam as políticas de transformação das pessoas e das coisas ali estudadas.

Por outro lado, a dimensão escalar não é exclusivamente espacial. A continuidade do processo de reconhecimento de um fenômeno reorganiza o sujeito e indica, a cada nova fase, caminhos que exigem tratamento em escalas diferenciadas, a fim de abordar diferentes processos que respondem pela explicação do objeto estudado. Observar a partir do lugar pressupõe estabelecer uma comunicação horizontal (espacial) e vertical (processual) entre lugares. Mais do que isso, constitui um processo interativo entre o sujeito e o objeto.

Portanto, o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto, sendo parte de um método de investigação que permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo. Ele permite o aprendizado de uma realidade, na medida em que oportuniza a vivência em loco do que se deseja estudar.

Não há dúvida sobre a importância do trabalho de campo na formação do geógrafo. Ainda que a experiência de trabalho de campo seja diferenciada de uma escola para outra, ela sempre deve ocorrer. Suertegaray (1996) apresenta uma classificação geral das formas de trabalho de campo: o reconhecimento genérico do lugar ou dos lugares através da realização de excursões, com o objetivo de treinamento da observação e descrição; o reconhecimento pontual de elementos ou fenômenos no campo, a partir de um roteiro em que o professor estabelece os pontos de observação nos quais, em geral, é feita uma exposição sobre o observado; o reconhecimento do lugar

a partir da seleção prévia de procedimentos que impliquem em levantamentos de informações por parte do grupo envolvido (levantamentos de campo), o que exige preparação e coordenação em campo seguras para que o trabalho não seja dispersivo; o reconhecimento no campo de padrões observados em fotografias aéreas ou imagens de satélite, entendidos como testagens da validade no domínio da interpretação técnica dessas imagens.

Enfim, independentemente da forma adotada (elas não são excludentes), o trabalho de campo deverá contribuir didaticamente para um aprofundamento dos conteúdos e o reconhecimento efetivo da realidade. O resultado deve ser exposto por meio de relatórios de trabalho de campo, instrumentos estes de avaliação do aprendizado que o professor dispõe. Ele permite, também, a discussão e o confronto entre os grupos de trabalho para validar a aquisição de informações e de ideias novas produzidas ou a investigar. O geógrafo em formação tem, por meio do trabalho de campo acadêmico, não só o domínio da observação e da coleta, o domínio das técnicas instrumentais de campo, mas também a compreensão deste como fundamental na orientação de sua prática social.

Para saber mais...

O trabalho de campo é fundamental na ciência geográfica. Para saber mais sobre o assunto, leia:

- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e trabalho de campo. COLÓQUIO O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 27- 29 nov., 1996.
- Outro texto da autora, intitulado “Pesquisa de campo em Geografia”, encontra-se disponível em: <<http://www.uff.br/geographia>> (clique em edições anteriores, 2002, v. 4, nº 7).

AUTOAVALIAÇÃO

Agora que você já realizou diversas leituras sobre os temas abordados ao longo do segundo módulo, responda às seguintes questões.

- 1) Observe a frase: “O espaço não é o resultado apenas da interação entre homem e natureza”. Com base nas leituras, explique o que significa a categoria **espaço**.
- 2) Considere a seguinte afirmação: “A análise do espaço é objetivada em diferentes categorias que guardam entre si forte grau de parentesco, já que todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, território, região e lugar.” Agora, com base nas leituras realizadas, conceitue e explique cada um(a) das **categorias geográficas/conceitos geográficos** abaixo relacionados:
 - a) paisagem
 - b) território
 - c) região
 - d) lugar
- 3) Considere a afirmação: “Ao proceder a análise do espaço, o geógrafo deve sempre recorrer à história e incorporar ao seu raciocínio tanto o tempo quanto a duração. No entanto, existem escalas de tempo diferentes para fenômenos de natureza diferentes, ou não.” Dolfus (1973) distingue três tempos diferentes. Explique a frase acima transcrita e cada uma das escalas de tempo definida pelo referido geógrafo.
- 4) Defina o conceito de **escala** e explique suas **ambiguidades**.
- 5) Leia a seguinte frase: “O geógrafo tem à sua disponibilidade uma enorme quantidade de material bruto que exige intenso levantamento e desenvolvimento de novos métodos e técnicas que demandam outras formas de representação variadas.” Com base em suas leituras, explique a afirmativa e resalte cada uma das cinco possíveis **formas de representação** utilizadas pelos geógrafos.
- 6) Com base nas leituras realizadas, construa um **conceito de mapa** e, em seguida, enumere e explique cada um dos elementos que compõem um mapa.
- 7) Vários são os procedimentos necessários para a elaboração de um mapa. Apresente e explique sucintamente três desses procedimentos.
- 8) Leia a seguinte frase: “O mapa deve ser visto como um instrumento de acesso ao documento, e não deve dispensar a prática do terreno.” Com base nas leituras, explique o porquê da referida afirmação.

9) Segundo George (1972) a pesquisa em Geografia é orientada por três pressupostos fundamentais. Apresente e explique cada um deles.

10) “A base da pesquisa em Geografia compreende procedimentos básicos que envolvem a **observação, medição, análise e representação**, todos eles fundamentados em **trabalho de campo**”. A partir das leituras e dos conhecimentos adquiridos, explique a importância de cada um dos elementos, acima destacados, na pesquisa em Geografia.

11) Vilma Alves Campanha, em seus apontamentos no “Estudo do meio. Premissas básicas: como ler a paisagem?”, destaca que há duas abordagens para a leitura das paisagens em um trabalho de campo, uma centrada no sujeito e outra centrada no espaço. Com base nas leituras realizadas e em seus conhecimentos, explique cada uma dessas abordagens.

12) Com base nas leituras realizadas e em seus conhecimentos sobre a temática **trabalho de campo**, enumere/elabore o que se pede:

- a) principais técnicas e procedimentos utilizados no trabalho de campo;
- b) etapas do trabalho de campo;
- c) construa um conceito de **trabalho de campo**.

MÓDULO III

História da Geografia

Hoje, o geógrafo está consciente da importância da estrutura de determinada distribuição, sua causa e consequência, e mesmo das relações que se estabelecem entre os conjuntos de distribuições espaciais, acabando por constituir sistemas de organização espacial à superfície da Terra. Mas não foi fácil alcançar essa consciência, pois a maior parte das questões geográficas sempre teve a ver com as irregularidades das distribuições, tanto físicas quanto humanas, nas quais é difícil definir pontos comuns e métodos que permitam determinar padrões (FERREIRA; SIMÕES, 1986). Os primeiros indícios de uma preocupação com a distribuição dos fenômenos surgiram desde os primórdios da humanidade, constituindo registros de teor geográfico que foram ao longo do tempo estruturando o que se entende hoje por Geografia. Segundo Andrade (1987), a história da Geografia pode ser dividida em quatro períodos, os quais serão caracterizados nas aulas seguintes.

A Geografia na Antiguidade, na Idade Média e nos tempos modernos

A GEOGRAFIA NA ANTIGUIDADE

Os primeiros indícios de uma preocupação com a distribuição dos fenômenos surgiram desde os primórdios da humanidade, conforme indicam os primeiros registros de mapas e descrição de lugares e povos. Mas o pensamento geográfico sistematizado surge com os gregos, e a palavra **geografia** foi criada por eles, significando exatamente “escrever sobre a Terra”.

Os gregos aprenderam com a civilização da Mesopotâmia uma série de ensinamentos astronômicos e de Geometria, indispensáveis nas pesquisas. Ao mesmo tempo que se ampliava o conhecimento do espaço geográfico, o que aguçava a realização de pesquisas dos sistemas de relações entre sociedade e natureza, Estrabão escreveu um livro de 17 volumes intitulado *Geografia*, que teve o mérito de haver compilado todo o conhecimento científico-geográfico da época.

O mundo conhecido pelos gregos era constituído por uma faixa que se estendia do Atlântico ao rio Indo, cujo eixo este-oeste possuía o dobro do comprimento do eixo norte-sul, originando-se, daí, os conceitos de latitude e longitude. Mais tarde, Aristóteles admitiria a esfericidade da Terra, dividida em uma quadrícula de meridianos e paralelos. Uma das questões fundamentais da Geografia – “Onde?” – passa a ser respondida com precisão, num mapa de localização. A resposta à outra questão fundamental – “O que existe neste lugar” – é dada pelos geógrafos viajantes, que descreveram em suas obras os fatos observados.

Os romanos conquistaram a Grécia e constituíram o maior império até então conhecido. Também colaboraram com o alargamento do conhecimento do mundo através de conquistas e expedições realizadas com a finalidade de obter conhecimentos pormenorizados das regiões a conquistar, com itinerários, medições e inventários de seus recursos militares e econômicos. Mas estes não tinham valor cartográfico, somente estratégico e administrativo.

Bastante inferiores aos gregos culturalmente, os romanos absorveram a cultura grega e se preocuparam em desenvolver ao máximo a organização do seu império e comércio, dando maior importância à Geografia Descritiva. O fato de eles não terem as mesmas preocupações filosóficas, científicas e estéticas que os gregos fez com que os mapas em forma de discos, mais simples e práticos, fossem utilizados no Império, sempre valorizando a representação da Itália e províncias romanas em detrimento das áreas periféricas. O cristianismo torna-se a religião oficial de Roma e isso trouxe ainda mais consequências futuras.

A GEOGRAFIA NA IDADE MÉDIA

Com a queda do Império Romano e a difusão do cristianismo, iniciou-se um período de regressão no conhecimento científico e geográfico. O espaço europeu sofreu invasões bárbaras que provocaram guerras generalizadas as quais levaram ao isolacionismo e à instalação de um sistema feudal. Assim, deixou de haver a mobilidade social e econômica da Antiguidade e a Igreja tornou-se o maior poder. Se o pensamento geográfico continuou a existir, ao não ser formalizado em termos científicos, provocou o desaparecimento da Geografia como ciência durante todo esse enorme período da história.

No entanto, enquanto a ciência decaía no mundo ocidental, no mundo árabe, com o estabelecimento do Império Muçulmano, a Geografia demonstrou um novo avanço. Esse império dominava uma área muito vasta, e devido a problemas administrativos e militares, tal como nos impérios grego e romano, surgiu a necessidade de se conhecer o mundo. Assim, as viagens e o comércio sofreram novo impulso.

Apesar disso, o conhecimento e a descrição geográficos produzidos são muito imprecisos e as localizações pouco rigorosas. Somente com o desenvolvimento das navegações houve a necessidade de voltar a uma cartografia realista, útil. Nos finais da Idade Média, as cruzadas, as peregrinações aos lugares santos e o renascimento do comércio entre Europa e o Oriente, levaram a um ressurgimento da curiosidade pelo mundo desconhecido.

Para saber mais...

Maria Lúcia Espinar Bueno de Camargo, em seu texto “O significado da geografia no currículo e no mundo atual”, possibilita entender mais sobre a história da Geografia. Acesse o site: <http://www.grubas.com.br/datafiles/publicacoes/eja/arq_capacitacao_eja/EJA%20-%20Geografia%20-%20Maria%20L%C3%BAcia.doc>.

A GEOGRAFIA NOS TEMPOS MODERNOS

Essa fase é marcada pelas viagens marítimas e a descoberta de novos mundos e suas descrições. Os mapas se tornam mais exatos com sistemas de projeção matemática (Mercator) e com a invenção de novos aparelhos (cronômetro e sextante), a latitude e a longitude passam a ser medidas com precisão, sendo possível corrigir os erros dos mapas constituídos anteriormente. Como resultado da observação de Copérnico, Kepler e Galileu, modifica-se a ideia da posição da Terra no Universo, que deixa de ser geocêntrica passando a ser heliocêntrica, e da forma da órbita dos planetas em seus movimentos de translação, além de se descobrir o formato achatado nos polos e dilatado no Equador, devido ao movimento de rotação.

Mas foi por meio de Varenius, que escreveu o livro *Geografia geral*, que a Geografia passou a ser abordada de forma sintética. Nele, a Terra é estudada como um astro que apresenta relações com os outros astros, desenvolvendo as inter-relações entre as formas de relevo, rede fluvial e clima, considerando o papel da sociedade e do homem na elaboração do espaço. Varenius não se limitou a descrever a superfície da Terra, mas, através da observação e das informações disponíveis, procurou também explicar a origem dos fenômenos e das formas que modelaram sua superfície, indicando relações de causa e efeito.

Surgem também novas reflexões sobre a natureza do conhecimento e a forma de classificar, por meio de Kant. Para ele, a Geografia é um conhecimento empírico, na medida em que deriva das experiências do homem, mas também sistematiza e classifica os fatos circunscritos à superfície da Terra, conferindo a dimensão espacial à descrição.

Para saber mais...

Para saber mais sobre a história da Geografia, suas correntes, autores e escolas de pensamento, acesse os sites:

- <<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/historia-da-geografia/historia-da-geografia.php>> ,
- <<http://geografia.no.comunidades.net/>> e
- <http://www.vestibular1.com.br/revisao/historia_da_geografia.doc> .

A sistematização da Geografia

Moraes (1981) considera que a sistematização do conhecimento geográfico só vai ocorrer no início do século XIX, porque somente nessa época determinadas condições históricas estavam suficientemente maduras, constituindo, assim, os pressupostos da Geografia.

O primeiro desses pressupostos diz respeito ao conhecimento efetivo da extensão real do planeta, dando base para a ideia de conjunto terrestre, fundamental para a reflexão geográfica. A constituição de um espaço mundial com um centro difusor faz expandir a área de ação das sociedades europeias.

Outro pressuposto implica a existência de um repositório de informações sobre os variados lugares da Terra. Esses grandes arquivos constituíram a base empírica para a comparação e reflexão em Geografia, e à medida que ocorre o avanço do mercantilismo, com a formação dos impérios coloniais, maiores informações eram acrescentadas a eles. O desenvolvimento do comércio levou ao inventário dos recursos naturais das colônias, gerando informações mais científicas. Institutos foram fundados nas metrópoles, para acolher o material levantado, e surgiram as sociedades geográficas e os escritórios coloniais.

O tratamento cartográfico mais aprimorado para essas informações constitui outro pressuposto da sistematização da Geografia. Era preciso representar corretamente os fenômenos observados e localizar os territórios. Era fundamental para a navegação a orientação e a localização correta dos lugares, o que resultou no desenvolvimento do instrumental técnico da cartografia, instrumento, por excelência, do geógrafo.

Por fim, o último pressuposto considera a evolução do pensamento da época, caracterizada pela transição do feudalismo para o capitalismo. Essa evolução implicou na valorização dos temas geográficos, a ponto de legitimar a criação de uma disciplina acadêmica específica. A Geografia passou a ser ensinada nas universidades.

Para saber mais...

...sobre o assunto, leia o texto “A particularidade histórica da Alemanha e a gênese da Geografia moderna”, acessando o site <<http://www1.univap.br/~sandra/alemanha2.pdf>>, e/ou o livro: SODRÉ, N. W. *Introdução à Geografia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Ainda segundo Moraes (1981), uma primeira valorização do tema geográfico vai ser percebida na discussão filosófica, que propõe explicações mais abrangentes do mundo e formula sistemas que buscam a compreensão de todos os fenômenos do real. A sistematização da Geografia foi, então, um desdobramento das transformações operadas na vida social, com base no modo de produção capitalista. A Geografia dessa época passa a ser a ciência da localização exata dos lugares, da cartografia e do estudo da superfície da Terra com base na diferenciação do espaço e nas relações homem-meio. As primeiras obras no sentido de uma Geografia sistematizada vão ser as de Humboldt e Ritter.

Humboldt, naturalista, interessou-se, em seus estudos, por explicar aquilo que diferencia as diversas áreas do globo, tentando encontrar as relações que se estabelecem entre os diversos fenômenos da superfície da Terra, de modo a produzirem espaços com características diferentes. Considerou a paisagem como resultado da interação dessa sistemática.

Ritter preocupou-se com a natureza da Geografia, embora não tenha encontrado soluções que a definissem. Verificou que a unidade do conhecimento geográfico devia-se ao fato de este ser baseado em dados da superfície terrestre, onde o homem vive. Verificou também que há fenômenos da geografia física que são independentes da ação do homem, e preocupou-se em estudar as leis que regem as relações entre os fenômenos, em organizar e sistematizar o conhecimento geográfico. Concedeu grande importância às formas espaciais e à reconstrução do todo partindo da observação do simples para o complexo.

A partir de Humboldt e Ritter ficou estabelecida a metodologia da Geografia Descritiva. Segundo Moraes (1981) a obra desses dois autores compõe a base da Geografia tradicional e todos os trabalhos posteriores vão remeter à eles, seja para aceitar ou refutar suas formulações, criando uma linha de continuidade no pensamento geográfico, coisa até então inexistente. A geração seguinte vai se destacar mais pelo avanço na sistematização de estudos especializados do que os de Geografia geral.

Para saber mais...

Para conhecer mais sobre o tema, leia o texto “Origens e sistematização da geografia”, de Lázaro Manhães Simões, disponível em: <http://www.cefetcampos.br/essentiaeditora/vertices/numeros-publicados/2003/ano-5-n-2/artigos/05-%20origens_geografia.pdf/view>.

Os eixos epistemológicos das Ciências Sociais e da Geografia

Após a sistematização da Geografia, a evolução do pensamento geográfico foi marcada pela influência de diferentes eixos epistemológicos desenvolvidos nas Ciências Sociais.

Para saber mais...

Para compreender melhor as correntes teóricas do pensamento contemporâneo, leia o texto “As três correntes teóricas”, de autoria de Mariane Inês Hermany, disponível no site: <http://www.unisc.br/cursos/graduacao/servico_social/artigos/artigo_ines.doc>.

Segundo Ferreira e Simões (1982), o primeiro desses eixos é o **Positivismo**. Ele surge na metade do século XIX com Comte, o que deu à ciência uma nova metodologia baseada na observação com fins de estabelecer leis que levassem ao prognóstico. O Positivismo e o livro de Darwin (*A evolução das espécies*) influenciaram os cientistas sociais, que passaram a explicar as diferenciações culturais e econômicas ao longo da superfície da Terra através do estudo das relações homem-meio. Influenciaram também muitos geógrafos, que construíram a teoria do **Determinismo Geográfico**, baseada na relação de adaptação que o homem desenvolve do seu modo de vida ao ambiente em que vive. Ao tornar-se a ciência que estuda as respostas do homem ao meio físico, capaz de prever como este reagirá em diferentes ambientes, a Geografia passou a ter um caráter positivista, levantando hipóteses, fazendo deduções e formulando leis.

Essa corrente desenvolveu-se principalmente na Alemanha, com Ratzel, que estendeu a concepção determinista às suas reflexões sobre Geografia Política. Por meio delas, acabou justificando a expansão dos povos superiores à custa dos inferiores, quando considerou a supremacia dos vencedores sobre os vencidos na luta pela

expansão dos territórios. No final da vida, Ratzel modificou parte das suas opiniões e passou a dar importância aos acontecimentos históricos como fatores que também explicam muitos dos aspectos das sociedades humanas. A partir de seus discípulos, a teoria determinista vai ser desenvolvida também nos Estados Unidos.

Para saber mais...

Para aprofundar e problematizar seus conhecimentos sobre o assunto, leia os seguintes textos:

- “Friedrich Ratzel”, de Luciana de Lima Martins, disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_05/friedrich5.pdf> e

- “Ratzel: releituras contemporâneas. uma reabilitação?”, de Marcus B. de Carvalho, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm>>.

Como reação ao Positivismo, surgiu, no fim do século XIX, o **Historicismo**, por meio de Kant, que acentua o papel do homem na sociedade. Segundo o Historicismo, as ciências humanas se diferenciam das naturais e não podem aplicar os mesmos métodos. Na Geografia, surge a teoria do **Possibilismo**, na qual o homem é um agente que atua no meio, que percebe as possibilidades de utilização do ambiente e seleciona as que estão mais de acordo com suas aptidões culturais. Com o Possibilismo, a Geografia passa a ser uma ciência de “charneira”, uma ciência-ponte, que se situa entre as Ciências Naturais e Humanas, e que define a região como seu objeto de estudo.

Considera-se La Blache o fundador dessa corrente, que se desenvolveu na França. Com ele, a Geografia tornou-se claramente antideterminista, com o objetivo de observar as relações mútuas entre homem e ambiente físico. La Blache estudou profundamente a França e propôs uma divisão regional para o país. Seus discípulos continuaram o **pensamento possibilista** e elaboraram numerosas monografias regionais em vários países europeus e até mesmo nos Estados Unidos. O método de estudo de uma região passou a ter uma estrutura própria: a análise do meio físico sucedida pelas formas de ocupação e atividades humanas e, por fim, o processo de integração do homem com o meio ambiente. Mais tarde, La Blache percebe que as regiões tradicionais (basicamente agrárias) tendiam a desaparecer com as grandes modificações socioeconômicas causadas pela industrialização crescente e a difusão dos meios de transporte.

Para saber mais...

Sobre este assunto, acesse:

- “Nossos clássicos – Paul Vidal de la Blache”, de Rogério Haesbaert, disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_01/paul%20vidal%20de%20la%20blache.pdf> e

- “A geografia de Paul Vidal de la Blache”, de Sandra M. F. Costa, disponível em: <<http://www1.univap.br/~sandra/blache.pdf>>.

A Geografia regional não teve em todos os países a mesma orientação que lhe foi dada por La Blache, gerando diferentes conceitos de região e paisagem, mas a inter-relação entre os elementos físicos e humanos constituem a base da síntese regional.

Embora se considere que o final do século XIX tenha sido dominado pelas correntes historicistas, o Positivismo continuava a influenciar algumas áreas científicas, por meio das atitudes naturalistas e evolucionistas. Assim, no início do século XX, alguns círculos filosóficos alemães vão aprofundar a linha positivista, recusando a metafísica e o idealismo e desenvolvendo uma nova corrente designada como **Positivismo lógico** ou **Neopositivismo**. Essa corrente buscava conseguir uma ciência unificada com uma linguagem objetiva com base nas evidências, na qual nenhum conhecimento que utilizasse juízo de valor fosse válido. Com as perseguições promovidas pelo regime nazista, os cientistas fundadores fugiram para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos, local onde o Neopositivismo vai finalmente se desenvolver.

O movimento neopositivista segue de perto o desenvolvimento da Física, e passa a considerar que existe uma indeterminação entre a previsão e os acontecimentos futuros, concedendo maior importância à probabilidade. Ao mesmo tempo, as grandes mudanças socioeconômicas que o mundo apresenta na primeira metade desse século, como a intensa industrialização e urbanização, acompanhadas por processos de degradação, refletem na evolução da Geografia. Os problemas de organização espacial já não podem ser encarados como meras necessidades descritivas, mas exigem a procura de soluções que permitam otimizar a utilização do espaço terrestre. Assim, desenvolve-se uma nova Geografia baseada na lógica e na matemática, com a adaptação do método científico e o desenvolvimento de um corpo teórico que permita a explicação dos fenômenos espaciais. Ocorre, então, a chamada **revolução quantitativa** na Geografia. Duas obras são fundamentais nesse movimento inovador: a de Shaefer (1953) e a de Bunge (1962) (*apud* ANDRADE, 1993).

A **Geografia Neopositivista** ou **Quantitativa** utiliza o método hipotético-dedutivo para explicar a realidade. Este consiste na percepção dos fatos e na construção de uma imagem do mundo que é traduzida como um modelo para verificação a partir do qual levanta uma hipótese. Para testar essa hipótese, recolhem-se os dados necessários, os quais são descritos e classificados a fim de se descobrir a relação entre os fatos por meio da análise. A partir disso, é verificado se a hipótese formulada tem consistência ou não, passando-se, em caso positivo, à experimentação. A hipótese tem que ser probabilista, isto é, deve verificar-se em um número significativo de casos. Só então podem formular-se leis probabilistas e construir-se a teoria ou modelo.

Para saber mais...

Para ter acesso a algumas discussões sobre o assunto, acesse o texto “A construção da geografia e a adoção de metodologias matemáticas”, de Madson Santana Pardo, disponível em: <<http://br.geocities.com/madsonpardo/mad/artigoborb.htm>>.

No entanto, na década de 1960, surgem algumas críticas à nova Geografia, baseadas na constatação de que os modelos em que ela se apoia são insuficientes para explicar a realidade. Estes geram prognósticos a partir de pressupostos parciais da racionalidade econômica, além de não se preocuparem com a resolução dos problemas sociais. Essa insatisfação cresce a partir da reflexão marxista no Ocidente, oriundas do fim da Guerra Fria, da crise do sistema de dominação política e das mudanças nos países do Terceiro Mundo. As relações internacionais são profundamente alteradas. Às Ciências Sociais abria-se um campo novo de trabalho que exigia uma nova compreensão dos problemas dos países dependentes e do papel das potências capitalistas na situação do subdesenvolvimento. O Neopositivismo não consegue fornecer os mecanismos adequados para esta nova compreensão, é preciso introduzir a análise social como uma nova dimensão. Assim, surgem movimentos críticos ou radicais.

Os movimentos críticos desenvolveram-se a partir da integração da teoria marxista como alternativa às explicações acadêmicas tradicionais, numa atitude nitidamente antipositivista. Muitos filósofos e cientistas sociais recusam definitivamente a explicação científica baseada nos modelos das Ciências Naturais e a sua aplicação aos conceitos das Ciências Sociais. A Geografia também sofreu forte influência desses movimentos. As descobertas da subjetividade e da dimensão pessoal vão lhe dar uma nova dimensão, baseada na **Filosofia do Significado** ou **Fenomenologia**.

Wolpert (1964) introduz nos estudos geográficos a preocupação em analisar os desvios que se verificam entre os comportamentos esperados, a partir de modelos já existentes, e os comportamentos reais. Essas ideias trouxeram à Geografia novos problemas relacionados ao comportamento, à informação e à decisão. Com isso, fica caracterizada uma nova corrente geográfica denominada **Geografia da Percepção** ou **do Comportamento**, preocupada em responder a questões sobre o meio, sobre a sua organização espacial, mas tomando como fator dessa mesma organização a percepção que o homem tem do conhecimento desse meio, por intermédio de sua imagem mental. As decisões assim tomadas, ao atuarem sobre a imagem de um espaço, aproximam-se mais da realidade do homem do que a dos modelos econômicos.

Para saber mais...

Sobre a Geografia Humanística, também chamada Geografia da percepção ou do comportamento, leia o texto disponível em: <http://www.dacat.com.br/material_didatico/teorias_metodos/Texto_10_geografia_humanista.pdf>.

Outra nova orientação para a Geografia se desenvolve paralelamente à Geografia da Percepção, em reação à suposta neutralidade científica da Geografia Quantitativa. Trata-se da **Geografia Crítica** ou **Radical**. Desenvolvida simultaneamente nos Estados Unidos e na Europa, procura mostrar que existe uma íntima relação entre ideologia e Geografia, e que os conhecimentos, informações, mapas e qualquer outra forma de produto geográfico sempre foram utilizados pelo poder político-econômico.

Andrade (1987) coloca que os geógrafos representantes da Geografia Crítica são chamados de radicais por tomarem atitude de análise das injustiças sociais e bloqueios a um desenvolvimento social que vão às raízes, às causas verdadeiras desses problemas, e de críticos, por assumirem os seus compromissos ideológicos. Subdividem-se em grupos de geógrafos não marxistas, mas comprometidos com reformas sociais, e geógrafos marxistas, de variados discursos. Todos apoiados no **Materialismo Histórico-Dialético** como eixo epistemológico, e na teoria social crítica como método de estudo. Nos Estados Unidos, destacam-se Harvey e Bunge como representantes dessa corrente, ambos neopositivistas até o fim da década de 1960. Já na Europa, destacam-se vários geógrafos franceses, como, por exemplo, Lacoste.

Para saber mais...

Sobre o assunto, leia o texto “Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente?”, de Rosa Moura, Deuseles de Oliveira, entre outros, no site: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>>.

Até a década de 1980, a Geografia da Percepção e a Geografia Crítica desenvolveram-se paralelamente, embora sem colaborarem entre si. A partir de então, algumas ressalvas começam a aparecer em relação aos estudos humanísticos e críticos, ressaltando as divergências entre eles. Amorim Filho (1985) ressalta que surge, assim, um novo paradigma como referência, o **Holismo**, que Hegel considerava como uma força motriz que está por trás das pessoas, povos e civilizações, evoluindo dialeticamente através do conflito e da tensão entre forças opostas, resultando no movimento da história. Apesar de presente, este paradigma ainda é pouco discutido na Geografia.

Para saber mais...

Para aprofundar seus conhecimentos sobre as Correntes da Geografia, seus autores e suas principais características, acesse o site: <[http://ube-164.pop.com.br/repositorio/18833/meusite/INcorrentes geograficas.htm](http://ube-164.pop.com.br/repositorio/18833/meusite/INcorrentes_geograficas.htm)>.

Enfim, a reflexão sobre o desenvolvimento histórico da Geografia mostra que em todos os momentos prevaleceu o conhecimento sobre o espaço, e que a mudança ocorreu apenas em relação ao método de estudo, devido ao progresso dos resultados científicos. Hoje, não temos uma corrente geográfica em destaque, mas representantes das diferentes correntes que formam a evolução do pensamento geográfico, cada qual adotando em seus estudos o método mais conveniente para atingir seus objetivos.

A Geografia no Brasil

Os primeiros livros de temas geográficos importantes publicados no Brasil foram escritos sob a influência de geógrafos franceses e alemães, mas desvinculados de um movimento organizado. Dos geógrafos nacionais, destacam-se inicialmente as obras de Delgado de Carvalho, Raimundo Lopes, Agamenon Magalhães, Everaldo Backheuser, Mario Travassos e Lysia Bernardes. A sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e os institutos históricos e geográficos existentes nos estados também contribuíram com o levantamento de dados e informações de interesse. Mas segundo Andrade (1987), o ensino e a pesquisa da Geografia no Brasil, em nível superior, só se institucionalizaram após a Revolução de 1930. Nessa década, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1934), a Universidade do Distrito Federal – atual UFRJ (1935) e o IBGE, que foi a primeira instituição que reconheceu a existência de profissionais de Geografia não dedicados ao ensino, mas à pesquisa. Em 1934 também foi fundada a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros).

A influência dos geógrafos franceses foi, inicialmente, dominante na Geografia brasileira. Em 1965, quando ocorreu o XVIII Congresso Nacional de Geografia no Rio de Janeiro, a influência de geógrafos de outras nacionalidades provocou grande inquietação nos meios geográficos, e deu aos geógrafos maior participação no planejamento nos níveis nacional e regional. Ainda segundo Andrade (1987), essas mudanças ocorreram em três frentes de trabalho: as universidades, o IBGE e a AGB.

Para saber mais...

- Para ter acesso a dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acesse o site: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.
- Para conhecer o Estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), conferir os eventos, publicações, notícias e informações sobre como se tornar um sócio, acesse: <<http://www.agb.org.br/>>.

Nas universidades, o ensino de Geografia ocorreu dentro da tradição francesa, tendo sido convidados vários professores franceses, na década de 1960, para virem exercer o magistério na USP e no Rio de Janeiro, como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan. A USP desdobrou em seguida a cadeira de Geografia em disciplinas que foram confiadas a professores brasileiros, incentivados a produzirem seus doutorados. São dessa época os professores Aroldo de Azevedo, Aziz Nacib Ab'Saber, Pasquale Petroni, dentre outros. Sem dispor dos recursos da USP, a Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, teve forte ligação com o IBGE, fornecendo geógrafos recém-formados que foram trabalhar nesse instituto, que recorria aos professores da universidade ao ministrar cursos de férias para professores dos vários estados. Mesmo professores estrangeiros, que permaneciam por tempo relativamente longo no Brasil, trabalhavam simultaneamente nas duas instituições, como Leo Waibel, Pierre Dansereau e Maurice Le Lannou. Dos professores nacionais que trabalharam na Universidade do Brasil, destaca-se Josué de Castro, que lidou com a problemática da fome no Brasil e no mundo, alcançando prestígio internacional.

Esse movimento expandiu-se, em menor intensidade, para outras universidades do país onde já havia uma certa maturidade científica, como a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Federal da Bahia (que contou com a vinda de outro mestre estrangeiro, Jean Tricart), a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Paraná.

Quando ocorre o XVIII Congresso Internacional de Geografia, com grande número de professores e alunos das universidades brasileiras participando dos debates e apresentando teses e comunicações, pode-se dizer que a Geografia brasileira estava madura e apta a participar das grandes transformações que se processavam na sua natureza e metodologia. Como produto desse congresso, vários cursos foram ministrados por professores estrangeiros, europeus e norte-americanos nas universidades brasileiras, tais como Hilgard Stenberg, Carl Troll, André Cailleux, Pierre Birot, Orlando Ribeiro.

O IBGE, por sua vez, organizou duas publicações de maior importância para a formação dos geógrafos no Brasil: o *Boletim Geográfico*, no qual eram publicados, principalmente, artigos transcritos de outros periódicos nacionais e estrangeiros que eram de grande interesse teórico ou para que se conhecesse a realidade brasileira, e a *Revista Brasileira de Geografia*, em que ainda hoje são divulgados artigos de pesquisa, informações e resenhas de obras de interesse geográfico. Nessas publicações podem ser observadas as tendências dominantes no IBGE, desde a sua fundação até os dias atuais, destacando-se estudos sobre geopolítica (Teixeira de Freitas), divisão regional (Fábio Guimarães), colonização (Leo Waibel, Orlando Valverde), fitogeografia (Pierre Dansereau, Dora Amariz, Walter Egler) e geomorfologia

(Emanuel de Martonne, Lester King). Foi, durante muito tempo, um local de discussões de ideias, de métodos, e ponto de apoio para os cursos de aperfeiçoamento ministrados anualmente aos professores do ensino médio e superior, em vários pontos do país.

A AGB foi fundada por Pierre Deffontaines, em São Paulo, em 1934, e reuniu um grupo de intelectuais, como Caio Prado Júnior, Luiz Fernando Morais Rego e Rubens Borba de Morais. Inicialmente paulista, a partir de 1944 a instituição começou a tomar dimensões nacionais, aceitando sócios efetivos e colaboradores, estudantes e pessoas de todos os estados interessadas em Geografia. Criaram-se seções regionais (SP, RJ, MG, PR, PE, BA) e até núcleos municipais.

A associação promovia, regular e periodicamente, assembleias gerais em cidades onde os sócios apresentavam trabalhos a serem debatidos e publicados em Anais. Realizavam-se pesquisas de campo, cujos relatórios também eram publicados. O número de sócios aumentou a ponto de, através de reformulações no estatuto, as reuniões passarem a ser anuais.

A grande contribuição da AGB vem do fato dela possibilitar a reunião de geógrafos de todo o país, que debatiam e realizavam trabalhos de campo em conjunto, divulgando métodos e técnicas, e também princípios dominantes nos centros mais desenvolvidos, numa época em que não havia cursos de pós-graduação em Geografia. Isso contribuiu muito para consolidar a formação de geógrafos mais novos, e para o conhecimento do território nacional e seus problemas.

Para saber mais...

Para entender mais sobre este assunto, leia: “A construção da Geografia brasileira (1999)”, de Manoel Correia de Andrade, disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/6768_03.pdf>.

AUTOAVALIAÇÃO

- 1) Segundo Andrade (1987), a história da Geografia pode ser dividida em quatro períodos. Aponte cada um desses períodos, os autores e/ou pensadores que neles se destacaram, e duas características ou acontecimentos ocorridos no desenvolvimento da Geografia em cada uma dessas épocas, respectivamente.
- 2) Moraes (1981) considera que a sistematização do conhecimento geográfico só ocorreu no início do século XIX porque somente nessa época determinadas condições históricas estavam suficientemente maduras, constituindo assim os pressupostos da Geografia. Aponte cinco condições que propiciaram a sistematização da Geografia.
- 3) De acordo com Simões (2003), “a geografia só seria incluída na sociedade científica, e nas escolas, a partir do começo do século XIX, principalmente com os alemães”. Explique dois dos principais motivos pelos quais a Geografia científica teve início na Alemanha.
- 4) Após a sistematização da Geografia, a evolução do pensamento geográfico foi marcada pela influência de quatro eixos epistemológicos desenvolvidos nas Ciências Sociais. Com base nas leituras, identifique quais são eles. Escreva sinteticamente suas características principais e apresente a teoria e/ou corrente de pensamento geográfico associada a cada eixo:
- 5) Na história da Geografia, há quatro diferentes correntes do pensamento geográfico para interpretação e análise da realidade. Com base nas leituras, indique cada uma delas e, em seguida, apresente suas principais características.
- 6) Uma escola ou corrente de pensamento pode ser entendida como laços construídos para criar e propagar ideias novas; que possuem determinadas características semelhantes que formam certas áreas do conhecimento e da produção humana. Ao longo da construção do pensamento geográfico, temos algumas correntes vinculadas ao país onde as mesmas tiveram origem. Caracterize duas destas correntes – Alemã e Francesa – e, em seguida, descreva as contribuições geográficas de cada um dos autores indicados para a teoria da Geografia, quais sejam: Humboldt, Ritter, Ratzel (corrente alemã) e La Blache (corrente francesa).
- 7) Sobre a Geografia no Brasil, responda ao que se pede:
 - a) Segundo Andrade (1987), o ensino e a pesquisa da Geografia no Brasil, em nível superior, só se institucionalizaram após a Revolução de 1930. Aponte as Instituições e/ou Associações fundamentais neste processo:
 - b) Segundo Andrade (1987), algumas mudanças ocorreram na Geografia brasileira após o XVIII Congresso Nacional de Geografia no Rio de Janeiro. Indique cada uma das três frentes de trabalho pelas quais estas mudanças ocorreram, e explique, de maneira breve, como se deu o processo em cada uma delas (acontecimentos, principais autores, contribuição).

8) De acordo com Andrade (1987), podemos admitir que, no Brasil, sucederam-se três fases de construção da ciência geográfica. Com base no texto, indique cada uma delas e apresente sucintamente suas principais características.

MÓDULO IV
Práticas e possibilidades na
Geografia contemporânea

A atuação profissional (bacharelado e licenciatura) e o mercado de trabalho em Geografia

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL: BACHARELADO E LICENCIATURA

Para analisar as perspectivas do geógrafo no Brasil, Andrade (1987) coloca que é preciso esclarecer, inicialmente, duas questões fundamentais: (I) qual é a formação profissional do geógrafo e (II) qual o mercado de trabalho que oferece oportunidades ao profissional da Geografia.

Para saber mais...

Para conhecer mais sobre o tema, leia o texto “O perfil do geógrafo e sua inserção social no mercado de trabalho brasileiro”, dos autores Roberval Felipe Pereira de Lima e Obéde Pereira de Lima, no site: <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2004/015.pdf>.

Assim, deve-se levar em conta a história da Geografia no Brasil. Sabemos que nas quatro primeiras décadas do século XX não houve preocupação em formar profissionais para as áreas que demandavam maior especialização, ou que tinham uma menor demanda de profissionais, como a Geografia. Os trabalhos de ordem geográfica eram executados por outros profissionais, normalmente bacharéis em Direito, diplomatas e engenheiros, conforme a aptidão dos mesmos e as características ou necessidades dos problemas surgidos. Mesmo quando os primeiros cursos de Geografia foram criados, eles não tinham a finalidade de formar geógrafos propriamente ditos, mas sim de formar professores de ensino médio.

A formação dos geógrafos profissionais foi sendo feita à medida que o país se desenvolvia e os problemas que surgiam exigiam pessoas capacitadas para atendê-los. A criação do IBGE, sobretudo, foi fundamental para o desenvolvimento de um centro de formação profissional em Geografia, enviando técnicos para fazerem cursos no exterior e trazendo mestres estrangeiros para orientar trabalhos de campo no Brasil. Os geógrafos nas décadas de 1940, 1950 e 1960 receberam essa grande influência em sua formação, face à necessidade de se fazer estudos de levantamento e reconhecimento da realidade brasileira. Estudos esses publicados, em sua maioria, na *Revista Brasileira de Geografia*, do IBGE.

A AGB também desempenhou um grande papel na formação de pesquisadores. As discussões possibilitadas em suas reuniões funcionaram como uma verdadeira escola, em um momento em que a Geografia passava a ter maior reconhecimento do poder público, as faculdades se aparelhavam e os cursos de Geografia se tornavam autônomos, separando-se dos de História.

Por outro lado, o crescimento econômico do país e a importância dada ao planejamento, com a criação de órgãos como as superintendências de desenvolvimento regional – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – e, em seguida, os órgãos de planejamento dos estados, possibilitaram um campo de trabalho para os geógrafos fora do âmbito do ensino. Para Suertegaray (2002), nas décadas de 1960 e 1970, o trabalho do geógrafo é construído basicamente nas secretarias de Estado. A partir desse momento, há uma tendência de separação nos cursos de Geografia em duas modalidades: a licenciatura, destinada à formação de professores e ao ensino, e o bacharelado, destinado à formação de pesquisadores e ao planejamento.

Para saber mais...

Conheça um pouco mais sobre o curso de Geografia oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) acessando os sites: <<http://www.igc.ufmg.br/cursos/geografia-atuacao.htm>> e <<http://www.ufmg.br/diversa/7/geografia.htm>>.

Data deste momento, também, a regulamentação da profissão do geógrafo, a fim de que se delimitasse seu espaço de trabalho. O que parecia ser essencial para o exercício da profissão acabou se tornando um problema quando se considerou o campo de atuação das ciências afins. O geógrafo teve a profissão regulamentada pelo Projeto de Lei nº 6.664 de 26 de junho de 1979, vinculado ao sistema CONFEA/CREA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Conselho Regional de Arquitetura).

Para saber mais...

Conheça a Lei n. 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de geógrafo e dá outras providências, no site: <<http://app.crea-rj.org.br/portalcreav2midia/documentos/lei6664.pdf>>.

Completando esse processo de formação do profissional em Geografia, temos a democratização do ensino superior e a sua expansão, juntamente com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, inicialmente na Universidade de São Paulo (USP) e na Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo posteriormente disseminados pelas demais regiões. Isso fez com que o país desenvolvesse uma série de instituições habilitadas a preparar o bacharel ou o licenciado em Geografia, fornecendo ao mercado de trabalho os profissionais de que ele necessita.

Para saber mais...

A atuação profissional (bacharelado, licenciatura e trabalho de geógrafo), bem como os temas a ela relacionados, também são centrais para o debate nesta disciplina. Para auxiliar na sua reflexão sobre o assunto, consulte:

- “Geografia, transformações sociais e engajamento profissional: o trabalho do geógrafo no Brasil”, de Dirce Maria Suertegaray, disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119139.htm>>.

Leia também o texto de Valney Dias Rigonato, “Para onde vai a Geografia e a sociedade?”, disponível em: <http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos_pdf/para%20onde%20vai%20a%20geografia%20e%20a%20sociedade.pdf>.

O MERCADO DE TRABALHO EM GEOGRAFIA

As perspectivas de trabalho para o geógrafo surgem, principalmente, no setor público, nas secretarias de Estado ligadas ao planejamento econômico, à defesa do meio ambiente, aos problemas de urbanização etc. Inicialmente, houve uma grande procura por geógrafos especialistas em foteointerpretação e na área de análise ambiental, mas também em estudos rurais, nas questões agrárias. No entanto, as oportunidades são encontradas, ainda, no setor privado, sobretudo em empresas de consultoria ambiental e que trabalhem com equipes multidisciplinares.

Nos anos 1990, devido às mudanças nas políticas de organização do Estado, ocorre a diminuição da demanda do emprego público aos geógrafos e permanece o ensino de Geografia para o mercado profissional. Por outro lado, a ampliação das discussões sobre a questão ambiental desenvolveu uma demanda por diagnósticos, estudos de impactos e laudos ambientais, que tem nas empresas de consultorias a substituição parcial de um perfil profissional junto ao setor privado. Mas outras perspectivas se abriram também, como a dos setores sociais e das ONGs, assim como da participação em equipes multidisciplinares para elaboração de Planos Diretores Municipais.

Nos últimos anos, por causa da implantação de novas políticas, ocorre um retorno do trabalho do geógrafo no setor público. Ele está presente nas atividades que subsidiam as grafias decorrentes da gestão do território em todas as escalas e, muito mais do que antes, em escala local, na busca de solução para os problemas do mundo contemporâneo. Andrade (1987) chama atenção ainda para um problema relacionado à prática da profissão, representado pela especialização exigida nas empresas privadas, e mesmo no setor público. Sem a devida atenção, a visão de síntese, própria do geógrafo, pode ser, assim, prejudicada.

Para saber mais...

Para entender mais sobre o assunto, leia o texto “Vantagens e espaço no mercado de trabalho do geógrafo”, de Valdir Carlos da Silva Filho, acessando:

<http://www.outrahistoria.com.br/Arquivos%20pdf/Artigos/ARTIGO_DO_VALDIR_FILHO.pdf>.

Suertegaray (2002) coloca que pensar na Geografia e na prática dos geógrafos hoje implica também pensar no mundo atual. Esse mundo que se transforma a partir da aceleração do desenvolvimento técnico promove a redefinição de conceitos como **espaço, tempo, natureza, sociedade e cultura**. As distâncias temporais foram reduzidas. A vida moderna assenta-se na valorização do espaço e de sua qualidade. As análises se singularizam e se fragmentam, o que torna necessário o constante repensar epistemológico.

Para saber mais...

Para ter acesso a discussões sobre o tema, leia “A formação profissional para além do mercado de trabalho: notas para um debate”, acessando: <<http://www2.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/notas.pdf>>.

AUTOAVALIAÇÃO

1) Segundo Andrade (1987), para analisar as perspectivas do geógrafo no Brasil é preciso esclarecer, inicialmente, duas questões fundamentais. Indique cada uma delas, e explique-as, sucintamente.

2) Em seu texto intitulado “Geografia, transformações sociais e engajamento profissional: o trabalho do geógrafo no Brasil”, Suertegaray (2002) realiza uma periodização que indica as diferentes práticas dos geógrafos brasileiros e sua associação aos respectivos processos sócio-históricos nos quais o país estava inserido. Com base nesse texto, crie um título para cada uma das fases e, em seguida, caracterize-as, mencionando o que aconteceu em seus momentos sócio-históricos e qual a situação da Geografia, bem como de seus profissionais, em cada contexto.

3) No texto “A formação profissional para além do mercado de trabalho: notas para um debate”, Nunes (2004) destaca que a questão que nele deve ser discutida tem sido uma constante preocupação nas reflexões realizadas nos vários encontros nacionais, simpósios, seminários, seções da AGB locais, grupos de discussão e mesmo no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação. Com base na leitura, apresente a ideia principal do texto (ou hipótese principal) construída pela autora e, em seguida, aponte e explique três argumentos que, segundo a autora, justificam essa hipótese. Você concorda com isso? Com base nas suas leituras deste e de outros textos, justifique sua resposta.

4) Com base na leitura do artigo “O perfil do geógrafo e sua inserção social no mercado de trabalho brasileiro”, de Lima e Lima (2004), e com base em outras leituras, explique qual é o **papel** e o **perfil** do geógrafo.

5) Com relação à regulamentação da profissão do geógrafo:

a) explique, de maneira sintética, o processo sócio-histórico de regulamentação da profissão do geógrafo, citando o período em que ocorreu, as instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento e suas respectivas legislações;

b) apresente, com base na Lei N.º 6.664/79, os sete requisitos necessários ao exercício da profissão de geógrafo.

6) O artigo 3º da Lei 6.664/79 dispõe sobre as atividades permitidas aos geógrafos, e o Artigo 4º da Lei n.º 6.664/79 (Brasil, 1979) e do Decreto n.º 83.138/80 (Brasil, 1980), em seus incisos I, II e III, definem claramente quais são os principais usuários das atividades profissionais destes. Com base nessa legislação, selecione e aponte três atividades permitidas a eles, os três principais usuários dessas atividades profissionais do geógrafo e as três entidades que compõem seu mercado de trabalho com as quais você tem mais identificação. Em seguida, justifique o porquê das suas escolhas.

7) No texto “Formação do profissional geógrafo”, Mauro Sérgio F. Argento destaca que a qualidade desse profissional, no que diz respeito ao tratamento das questões espaciais, apresenta considerável padrão conceitual. Entretanto, a parte técnica encontra-se comprometida. Com base na leitura desse e de outros textos, selecione e aponte quatro aspectos que, na formação desses profissionais, têm contribuído para o reforço da dicotomia apontada pelo autor.

8) Com base nas suas leituras, construa uma breve análise reflexiva sobre o tema: “A profissão geógrafo no início do século XXI: dificuldades, desafios e perspectivas”.

- AMORIM FILHO, O. B. Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da geografia. *Revista Geografia e Ensino*. Departamento de Geografia/UFMG, Belo Horizonte, n. 2, 1985. Publicação especial.
- ANDRADE, M. C. *Caminhos e descaminhos da geografia*. Campinas: Papirus, 1993.
- ANDRADE, M. C. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARGENTO, M. S. F. Formação do profissional geógrafo. In: PEDROSO, Néelson Garcia (Org.). *Geógrafos, Legislação, Formação e Mercado de Trabalho*. São Paulo: CONFEA/AGB, 1996. Disponível em: <http://www.aprogeomg.org.br/downloads/textos/geografos_legislacao_%20form_mercado_trabalho.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DOLFUS, O. *A análise geográfica*. São Paulo: DIFEL, 1973.
- FERREIRA, C. C.; SIMÕES, N. N. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- GEORGE, P. *Os métodos da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- JOLY, F. *A Cartografia*. Campinas: Papirus, 1990.
- KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. *Seleção de Textos: Teoria e Métodos*, São Paulo, 1985.
- LACOSTE, Y. *Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1993.
- LIMA, O. P.; LIMA, R. F. P. O perfil do geógrafo e sua inserção social no mercado de trabalho brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO. Florianópolis: UFSC, 2004.
- MORAES, A. C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOREIRA, R. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NUNES, F. G. A formação profissional para além do mercado de trabalho: notas para um debate. *Revista Geografia*, Londrina, v. 13, n. 1, p. 209-212, 2004.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SEABRA, G. *Fundamentos e perspectivas da Geografia*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

SIMÕES, L. M. Origens e sistematização da Geografia. *Vértices*, Campos dos Goitacazes, ano 5, n. 2, maio/ago. 2003.

SODRÉ, N. W. *Introdução à Geografia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de campo. In: COLÓQUIO O DISCURSO GEOGRÁFICO NA AURORA DO SÉCULO XXI. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 27-29 nov., 1996.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia, transformações sociais e engajamento profissional: o trabalho do geógrafo no Brasil. *Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. VI, n. 119 (139), 2002.

Sobre as autoras

Álida Angélica Alves Leal é especialista em História da Cultura e da Arte pela Fafich/UFMG, técnica em Turismo e Lazer e mestranda no Programa de Pós Graduação “Conhecimento e inclusão social” da FaE/UFMG; participa do Prodoc - Núcleo de Estudos sobre a Profissão e a Condição Docente da FaE/UFMG.

Vilma Lúcia Macagnan Carvalho é doutora em Geografia pela UNESP/Rio Claro/SP e professora associada do Departamento de Geografia do Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG). Supervisiona o curso de Bacharelado em Geografia/Ensino a Distância e atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia na área de Análise Ambiental.



Para obter mais
informações sobre
outros títulos da
EDITORA UFMG,
visite o site

www.editora.ufmg.br

A presente edição foi composta pela Editora UFMG, em caracteres Chaparral PRO e Optma STD, e impressa pela Imprensa Universitária da UFMG., em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 300g (capa), em abril de 2011.

ISBN: 978-85-7041-893-7



9 788570 418937



CENTRO DE APOIO
À EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA UFMG

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Secretaria de Educação a Distância
Ministério da Educação

